

04/01/2016 - 05:00

Microfinanças 3.0: oportunidades

Por **Morten Olsen e Giuliano Bandeen**

Primeiro foi microcrédito. Depois, microfinanciamento. Agora, inclusão financeira. Apesar dos novos nomes, a ideia de disponibilizar serviços financeiros aos pobres - especialmente empréstimos - tem atraído seguidores quase fanáticos. Quase duas décadas atrás, quando o conceito de microfinanciamento como ferramenta para redução da pobreza ainda estava em sua infância, havia esperanças de que o microcrédito iria transformar estruturas econômicas e sociais. Devido a seu foco em beneficiar um segmento social antes destituído de acesso a financiamento bancário, a expectativa era de que o microcrédito promoveria mudanças transformacionais em nível familiar - um mercado nos países em desenvolvimento que as instituições financeiras tradicionais não conseguiram atingir.

Hoje, um crescente corpo de pesquisa empírica sobre os efeitos do microcrédito sugere que essa crença pode estar desatualizada. Em janeiro de 2015, o "American Economic Journal" publicou uma edição especial dedicada a avaliações de impacto do microcrédito. Os resultados apontaram para aumentos nos empréstimos, nas atividades de autoemprego e de alguns investimentos em abertura de firmas. Houve também uma modesta redução na oferta de trabalho assalariado, ao passo que o impacto no consumo produziu resultados favoráveis e desfavoráveis. Entretanto, nenhum dos estudos mostrou mudanças transformacionais em termos de rendimentos, riqueza ou níveis de pobreza do agregado familiar. A concessão de pequenos montantes de crédito a futuros empresários tem impactos positivos, porém não na escala em que alguns doadores, formuladores de políticas e grupos patrocinadores de microfinanciamento têm reivindicado.

De microcrédito a microfinanciamento, a evolução dos tipos de produtos financeiros disponíveis aos pobres em todo o mundo nos últimos 35 anos tem sido benéfica. As estimativas sugerem que esse setor, movimentando US\$ 70 bilhões, atende 200 milhões de clientes (Banco Mundial, 2015) e deverá crescer de 15% a 20% em 2015 (responsAbility, 2014). Isso se deve a fortes previsões de crescimento econômico para os 20 mercados de microfinanças mais importantes e ao fato de que um número estimado em 2 bilhões de adultos em idade economicamente ativa em todo o mundo ainda não têm acesso a serviços financeiros (Banco Mundial, 2014).

Clientes tomam mais dinheiro emprestado para honrar seus empréstimos originais. As afirmações de missão social de redução da pobreza e empoderamento enunciadas pelas IFMs parecem ter sido relegadas a um segundo plano

No entanto, essa expansão rápida não ocorreu sem desvantagens. Apesar dos benefícios modestos associados ao microcrédito, críticos citam uma tendência para uma mercantilização menos focada em atender os pobres. Com efeito, as instituições de microfinanças (IMFs) começaram a captar recursos de novos tipos de investidores para ampliar seu alcance, algo necessário para melhorar sua eficiência operacional e desempenho comparativo. Muitas vezes, esse processo envolveu a conversão de instituições sem fins lucrativos em agentes focados em lucro, com conselhos de administração que representam os interesses dos bancos comerciais, de investidores em private equity e de pessoas ricas.

Uma consequência inerente a essa abordagem à atividade de microfinanças movida a lucro foi que os tomadores de crédito expuseram-se a taxas de juro exorbitantes em seus empréstimos, frequentemente superiores a 100%, apesar dos ganhos de eficiência amplamente proclamados. Outra deficiência observada foi um endividamento excessivo por parte de alguns clientes, que viram-se sufocados por vários empréstimos obtidos de várias instituições. Clientes frequentemente tomam mais dinheiro emprestado para honrar seus empréstimos originais. As afirmações de missão social de redução da pobreza e empoderamento enunciadas pelas IFMs parecem ter sido relegadas a um segundo plano.

Outro problema inerente ao conceito de microfinanças tradicional é que ele, predominantemente, não atende os mais pobres entre os pobres: pequenos agricultores com um acre de terra que vivem em áreas rurais e remotas. Dos três quartos dos pobres em todo o mundo que vivem em áreas rurais, 80% dependem direta ou indiretamente da agricultura como principal fonte de renda e emprego. Apesar de sua importância sócio-econômica, os pequenos agricultores normalmente têm escasso ou nenhum acesso a crédito formal, o que limita sua capacidade de investir em tecnologias e insumos de que necessitam para aumentar seus rendimentos e rendas e reduzir a fome e a pobreza, tanto em suas próprias terras como nas de outros. IFMs interessadas em atender esse mercado defrontam-se com riscos e desafios associados à produção e financiamento agrícolas, entre os quais a sazonalidade e os fluxos de caixa irregulares associados, maiores custos de transação e riscos sistêmicos.



Então, a microfinança funciona? Responder essa pergunta depende dos critérios utilizados. Se o critério for "será o microfinanciamento capaz de cobrir seus custos e/ou ser lucrativo?", então a resposta é, cada vez mais, "sim". Mas, se for "o microfinanciamento cumpre sua missão social declarada (geralmente expressa como redução da pobreza)?", então as crescentes evidências sobre os efeitos modestos de microcrédito aliadas à estrutura de incentivos com fins lucrativos do setor indicam que a resposta é "não muito".

Hoje, as atividades de microfinanciamento se encaixam em um quadro mais abrangente de viabilização de plena inclusão financeira - onde todos tenham acesso e possam utilizar os serviços financeiros de que necessitam para capturar oportunidades e reduzir a vulnerabilidade.

A noção de inclusão financeira assume uma visão mais holística de combate à pobreza, compreendendo novos produtos, além de crédito empresarial. Isso abrange todas as formas de crédito, poupança, seguros e pagamentos; novas populações, tanto de segmentos superiores como inferiores ao mercado das populações tradicionalmente alcançadas pela disponibilização de microfinanças, e novos grupos que a microfinança tem ignorado, como pequenos agricultores; novas plataformas utilizando tecnologias digitais para conexão com pessoas em maior frequência e em

mais lugares; novos fornecedores - não apenas instituições de microfinanças tradicionais, como também uma gama de prestadores privados sem fins lucrativos, num cenário em que governos dão algum impulso útil mediante transferências de governo para pessoas (G2P, em inglês); e novas políticas, facilitando o êxito dos ganhos de amplitude citados acima.

Enquanto as microfinanças abrangem um segmento do mercado excluído com produtos direcionados, a inclusão financeira foca todos os excluídos e toda a gama de serviços de que necessitam. **(Tradução de Sergio Blum).**

Morten Olsen é professor de economia na IESE Business School

Giuliano J. Bandeen é assistente de pesquisa